

## Ética na Comunicação: princípios para uma prática responsável

### **Mônica Pieniz**

Doutoranda  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
moni.poscom@gmail.com

### **Carlos Alberto Orellana Gonçalves**

Mestrando  
Universidade Federal de Santa Maria  
lapisazul2984@gmail.com

### **Resumo**

Importante destacar que a obra de Plaisance tenta não ser apenas um repositório de casos, exemplos e dilemas éticos, mas deseja ser um livro que aprofunda as grandes questões filosóficas que devem orientar as questões éticas que a cada dia estão em discussão no campo midiático. O autor explicita um ponto nevrálgico na prática cotidiana da comunicação que ficara implícito na maioria das obras sobre o tema: comportamento ético versus interesse pessoal (seja este econômico, simbólico, organizacional, etc.). Junto disso, discute a subjetividade oculta que regula, no fundo, todas as ações humanas. Põe em cena, no palco, um protagonismo dos bastidores; põe em cena quem direciona o roteiro do trabalho.

Importante destacar que a obra de Plaisance tenta não ser apenas um repositório de casos, exemplos e dilemas éticos, mas deseja ser um livro que aprofunda as grandes questões filosóficas que devem orientar as questões éticas que a cada dia estão em discussão no campo midiático. O autor explicita um ponto nevrálgico na prática cotidiana da comunicação que ficara implícito na maioria das obras sobre o tema: comportamento ético versus interesse pessoal (seja este econômico, simbólico, organizacional, etc.). Junto disso, discute a subjetividade oculta que regula, no fundo, todas as ações humanas. Põe em cena,



PLAISANCE,  
Patrick Lee. **Ética  
na comunicação:  
princípios para  
um prática  
responsável.**  
Porto Alegre:  
Artmed, 2011.

no palco, um protagonismo dos bastidores; põe em cena quem direciona o roteiro do trabalho.

Diante de uma introdução bastante estimuladora, o livro começa tematizando didaticamente a teoria da ética, numa visão geral, com os principais pensadores ao longo do tempo, como Aristóteles, Kant, Stuart Mill, Ross, Rawls e Benhabib. E finaliza, como em todos os demais capítulos, com questões para suscitar o debate em sala de aula, com temáticas específicas acerca do jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas e ciberespaço.

A ética aparece aplicada à comunicação no segundo capítulo, focando na temática do livro. Os valores das três áreas da comunicação e do ciberespaço são verificados em seus códigos de ética. Além disso, a transgressão e possíveis posturas “antiéticas” dos profissionais de mídia são tópicos introduzidos na reflexão.

A partir do terceiro capítulo as temáticas centrais do livro, conforme argumentado pelo autor, são postas em evidência, justamente por sua relação com a área da comunicação. São elas: transparência, justiça, dano, autonomia, privacidade e comunidade, apresentadas junto a inserções de trechos dos códigos de ética e de cases representativos de dilemas acerca do assunto.

É necessário enfatizar que o autor propõe um aprofundamento em termos filosóficos das principais categorias e conceitos que devem nortear a tomada de decisão ética. Além disso, Plaisance reflete que devemos evitar as moralizações vazias e sem sustentação que são comuns no ensino de ética na comunicação. O livro fornece uma provocadora reflexão dos princípios-chave que desenvolvem a discussão ética e amplia os argumentos e juízos que os estudantes devem ter em relação aos meios de comunicação. O objetivo é apresentar a base filosófica que torna acessível uma reflexão mais sofisticada sobre os conceitos de ética e moral ligados à comunicação.

É primordial apreender os conceitos de moral e ética para avançarmos nas teorias relativistas e idealistas sobre a dimensão ética. De acordo com Plaisance, a dimensão moral consiste num conjunto de crenças adotadas que ajudam a entender o que é bom e o que é mau na sociedade, isto é, a moral possui um ordenamento das práticas cotidianas que nos interpelam e pelas quais damos valor a certas ideias. A ética desenvolve-se quando a moral já não mais dá conta da complexidade dos questionamentos postos. A ética tenta chegar ao âmago dos nossos sistemas de crenças que entram em conflito. Segundo Plaisance, a ética fornece uma base sólida para o desenvolvimento das questões morais.

Acima de tudo, a ética importa-se mais com o processo de investigação preocupada em encontrar justificativas racionais do que com apresentar um resultado ou resposta às questões levantadas. O foco está no processo deliberativo e não no objetivo final. A qualidade do raciocínio é grande vantagem do pensamento ético.

Os principais conceitos e princípios usados na teoria da ética vêm de uma série de pensadores e filósofos que Plaisance dividiu em dois grupos para uma compreensão geral das suas teorias e pensamentos. O primeiro grupo, denominado de idealista, pressupõe que os questionamentos éticos estão fundados num princípio universal, vê o humano e o comportamento ético como um fim em si mesmos e os princípios de liberdade e de racionalidade como bases constitutivas para qualquer ação ética. O segundo grupo, chamado de relativista, propõe uma ação ética fundada em uma ordem de experiência individual (sujeito burguês) e há uma abordagem relativista sobre os problemas, que – diferentemente dos idealistas que se configuram em termos de bem-estar – entende a ética como um princípio de minimização dos danos.

É imprescindível destacar os seis pensadores apresentados nesse livro que vão guiar todo o desenvolvimento teórico da obra. O primeiro é Aristóteles, que será o princípio dos estudos éticos produzidos no Ocidente, o qual baseia seu princípio de ação ética no uso da virtude pensado em termos individuais, porém não exclui a dimensão da comunidade. De acordo com Aristóteles, a virtude será alcançada a partir do princípio do equilíbrio de dois extremos, conhecida como Doutrina do Meio de Aristóteles.

Immanuel Kant será uma das bases filosóficas em que vai se assentar o regime jurídico, de direitos humanos e da ética no Ocidente. Sua complexa obra trará os argumentos, ideias e pensamentos primordiais que vão orientar o mundo institucionalizado. Kant apresenta o conceito de imperativo categórico, que ilumina todo o raciocínio ético ocidental. De acordo com esse princípio, o respeito ou o dever ético com o outro é uma obrigação moral universal, já que todo o ser humano possui a capacidade de raciocínio e esse raciocínio nos permite agir moralmente. Uma vez que a liberdade nos permite agir de acordo com o nosso raciocínio, o ser humano é apresentado como um fim em si mesmo – não havendo esse comportamento, o ser humano torna-se um fim, o que permite que ele seja usado como um objeto. Kant entende que não há espaço para outro tipo de comportamento que não seja ético e universal, o que comprometeria a noção do ser humano.

Outro pensador importante para o desenvolvimento teórico da ética é Stuart Mill. Opostamente a Kant, Mill concebe uma teoria utilitarista do sistema moral no qual o prazer (não corresponde aos impulsos vulgares) é um fim em si mesmo, como fonte da bondade moral. E entende que o valor moral de um ato está ancorado em suas consequências. Além disso, argumenta que a busca qualitativa do prazer em termos individuais poderia ser eficiente para gerar justiça. Na base de seu pensamento está o princípio de que devemos escolher a ação que gere a maior quantidade de felicidade ou de benefícios ao maior número de pessoas. Entretanto, é importante destacar que a proposta teórica de ética utilitarista acaba por determinar muitos pensadores de vertente anglo-saxônica, mas que será duramente criticada, principalmente, por Rawls que concebe a sociedade não em busca de felicidade, mas na busca por outro princípio, a justiça, o que traria menores contradições do sistema.

A vertente intuicionista da ética é defendida por W. D. Ross que busca nos princípios kantianos uma base para a constituição de uma ordem dos deveres e das obrigações chamadas de *prima facie* (conjunto de comportamentos que exigem que respeitemos alguns valores fundamentais nas interações com os outros).

Entretanto, o filósofo que tentará ultrapassar a vertente utilitarista estabelecida no mundo anglo-saxão é John Rawls que propõe um sistema alternativo no qual a ideia de justiça, e não de utilidade, está em primeira ordem, como principal objetivo da sociedade. A justiça é, ou deveria ser, o objetivo maior de uma sociedade. Isso representa que o grupo social deveria se esforçar para distribuir os bens escassos e que, desse modo, atingiríamos os mais elevados princípios éticos. Para essa construção teórica, Rawls se baseia numa categoria chamada de véu de ignorância, impedimento de conhecimento prévio de certas condições que poderiam privilegiar certos grupos, o que por sua vez faria com que todos os grupos participantes de uma tomada de decisão assumissem uma posição que beneficiasse os menos favorecidos.

Nessa reconfiguração dos aspectos teóricos da ética no século XX, Seyla Benhabib tenta desenvolver um caminho do meio entre os dois grandes grupos teóricos da ética: os utilitaristas e os idealistas. A pensadora pensa que os conceitos e categorias da ética são fortemente masculinos, e, acima de tudo, não comportam uma variedade de grupos que estão excluídos desse processo. Ela argumenta que os pensadores iluministas do sexo masculino falavam do moral a partir de modelos teóricos que por sua vez eram generalizados. Essas noções são vistas por Benhabib como noções extremamente idealistas

(desincorporadas) em relação ao modo como as pessoas realmente vivem. Esse empenho está alicerçado em bases do movimento feminista na medida em que deseja contrabalançar a teoria ética dominada pelo masculino.

Acima de tudo, os autores citados acima são essenciais para entender o percurso teórico do campo ético, e esses dois grupos têm suas falhas e pontos positivos que devem ser analisados criteriosamente.

Nesse sentido, Lee Plaisance vai desenvolver seis categorias que devem nortear todo trabalho de investigação ética na comunicação. O primeiro a ter sua atenção é o de transparência. A transparência vai além da possibilidade de pôr em visibilidade certos atos. Plaisance desenvolve a categoria de transparência a partir das considerações kantianas do imperativo categórico, no sentido de uma prática do comportamento ético que na sua ausência já seria um passo para a fraude e outros problemas éticos. A transparência é deixar em evidência nossas motivações, aspirações e intenções para os demais sujeitos, para que assim eles possam como seres racionais avaliarem nossas ações. É o modo como demonstramos que somos seres éticos desde o início (PLAISANCE, 2011, p. 77). Todo o agir ético deve assumir o homem não como um meio, mas como um fim em si mesmo. E ao negar informações estamos negando a possibilidade de racionalização do outro, portanto, estamos tornando o outro como um mero meio ou objeto.

Segundo Plaisance, a ética se preocupa com as qualidades dos questionamentos morais. É a transparência que nos permite a avaliação do comportamento dos sujeitos. Acima de tudo, o princípio kantiano de imperativo categórico assume o dever de respeitar o outro como um fim em si mesmo simplesmente por serem seres humanos, e, portanto, com capacidade de razão. E não respeitar o princípio de transparência é não respeitarmos o ser humano como um ser capaz de raciocinar e tomar suas decisões, isto é, o princípio de liberdade. Os princípios de transparência e de liberdade estão intrinsecamente ligados sendo que não há possibilidade de existência de um sem o outro.

Há nos códigos de ética do campo da comunicação um elo forte entre os princípios de transparência e de liberdade, ou seja, de respeito fundamental à racionalidade e ao juízo dos consumidores da mídia. De acordo com Plaisance, em relação aos conceitos de transparência e de liberdade, devemos agir de tal modo que possamos maximizar a capacidade de livre arbítrio ou razão do outro. Kant, ao desenvolver os princípios de imperativo categórico, assume uma postura ainda mais radical de aceitar a felicidade do outro como nosso princípio de fim objetivo.

Em relação ao princípio de justiça apresentado, é importante ressaltar que ele faz um percurso teórico do conceito de justiça alicerçado, principalmente, na teoria de John Rawls. Na tradição teórica do conceito de justiça houve sempre um esforço para evitar a ação prejudicial. Nesse sentido, é necessário abster-se de prejudicar outras pessoas para evitar prejudicar a nós mesmo.

A justiça pode ser dividida em duas dimensões: a conservadora e a transformadora. Na primeira dimensão, a justiça se preocupa na manutenção da ordem e das instituições sociais que trabalham na conciliação de interesses concorrentes. A justiça transformadora esforça-se na correção de erros e de transgressões sociais percebidas de modo a incluir novos grupos sociais historicamente marginalizados.

Como já definido anteriormente, Rawls oferece uma série de medidas para a aplicação do conceito abstrato de justiça. E, acima de tudo, Rawls tenta superar uma tradição da justiça alicerçada nos padrões utilitaristas de Stuart Mill, pois considerava que muitas vezes a ideia de maximização do benefício para um maior número de pessoas poderia acarretar sérios erros na aplicação da justiça. Rawls propõe que devemos encontrar regras básicas que seriam amplamente aceitas, e a isso poderíamos chamar de justiça. Rawls foi o primeiro a criticar o pragmatismo das ideias de justiça e propor uma nova teoria. Em sua teoria, Rawls argumenta que o bem mais alto que uma sociedade deve procurar deve ser a justiça social, o que representa que devemos atribuir um valor alto às necessidades dos mais necessitados. Em sua teoria, Rawls apresenta uma série de premissas que vão culminar em decisões que acabam por favorecer os menos favorecidos, pois, em sua teoria, cada decisão que pudesse intervir na vida dos sujeitos deveria ser alvo de ampla discussão, mas de tal modo que nenhum dos agentes que participam da discussão soubesse previamente das suas condições materiais de existência (o que foi chamado de véu da ignorância).

Assim, como todos os agentes não saberiam em que posição estariam após o decisão ser tomada, todos pensariam que poderiam estar nesse grupo desprivilegiado e as decisões acabariam por favorecer os menos privilegiados. Além disso, a teoria de Rawls apresenta as condições para aqueles que ficaram nas posições menos privilegiadas de tentar alcançar as posições dos mais favorecidos.

O próximo conceito apresentado é o de dano. Podemos pensar o conceito de dano a partir do conceito de avaliação da integridade pessoal de Marion Smiley, o que seria a maneira como percebemos a bondade nossa e dos outros pelo peso que atribuímos aos valores de autonomia e de sacrifício pessoal. Isso representa que somos capazes de atribuir

o dano na medida em que percebemos que somos capazes de ‘fazer mal’ ou ser vítimas de tal modo que nossos interesses fiquem prejudicados ou mais difíceis de serem alcançados.

O conceito de dano está fortemente atrelado à obra de W. D. Ross. Os deveres de *prima facie*, conjunto de sete deveres essenciais que temos como agentes morais, princípio organizador do conjunto de conceitos de Ross, serão a base para entender que nossos atos têm implicações morais e que somos responsáveis por qualquer dano que venha a se apresentar durante uma determinada relação – e que devemos minimizar qualquer dano que se apresente.

Quanto à categoria de autonomia, esta é entendida aqui nos padrões kantianos – e não devemos confundir liberdade com autonomia. Locke ajuda a superar essa dicotomia, a liberdade como usualmente pensamos é uma categoria superficial, ou no máximo, um indicador para o conceito de autonomia, um conceito mais amplo. A autonomia se refere às forças de autodeterminação que cada ser humano possui como ser racional, isto é, nossa natureza deliberativa. De acordo com Dworkin, autonomia é a nossa capacidade de definir a própria natureza e assumir as responsabilidades de nossas ações e das identidades que assumimos.

Isaiah Berlin instiga-nos a pensar mais detalhadamente sobre a diferença entre liberdade e autonomia. Para esse autor há duas formas de liberdade: uma liberdade negativa e uma liberdade positiva. A liberdade negativa seria a compreensão usual da liberdade como livre de restrições. E a obra de John Locke vai apresentar os argumentos para limitar as restrições da liberdade de uma pessoa. A liberdade positiva refere-se à necessidade de controlar as razões de nossas ações. É quando assumimos o domínio das ações ao contrário de ter apenas a liberdade de fazê-las. Plaisance entende a autonomia em termos kantianos como a medida de agir em harmonia com nossos deveres de respeitar os indivíduos em si mesmos com capacidade de razão.

Nossas noções de privacidade, outro tema de reflexão nesta obra, originam-se a partir de Hobbes e Locke. De acordo com Hobbes, a privacidade ajuda a assegurar a segurança individual. Mas Plaisance apresenta uma pergunta instigante para aprofundar o conceito de privacidade. Será simplesmente a privacidade o direito de ser deixado em paz? A resposta a essa pergunta é desafiadora ao dizer que temos a privacidade como valor instrumental (e não como valor em si) que vai permitir que a individualidade se constitua, como seres sociais e morais. A privacidade é importante para alcançarmos objetivos morais

maiores. E é uma parte para a constituição de um valor maior que é a liberdade (entendida aqui como autonomia).

O último princípio a ser destacado por Plaisance é o do comunitarismo, que se torna objeto de estudo na medida em que há uma explosão de conflitos individuais e comunitários e pensar nesse princípio ajuda-nos a entender e a solucionar esses conflitos. Plaisance tenta explicar as bases filosóficas do conceito de comunidade e de que forma esse conceito ajuda-nos a tomar decisões éticas. Há uma série de condições que determinam a constituição do sujeito, as condições familiares, culturais, políticos e morais. O autor descreve o conceito de comunidade a partir dos aportes de Mapel, o qual entende que a comunidade não se baseia unicamente no senso de pertencimento, mas também nos laços emocionais que estimulam o arejamento e a tolerância das diferenças. Acima de tudo, Plaisance alerta-nos sobre nossa predisposição individualista, em termos éticos e morais, determinada pelo nosso contexto social – que prima pelo indivíduo. Mas de que modo podemos equilibrar as expressões do indivíduo e da comunidade? A resposta a essa pergunta encontra-se na obra de Dewey, defensor da democracia participativa, que propunha que todos participassem da comunidade para que todos pudessem desenvolver suas identidades individuais. Através do pensamento de Dewey entendemos a indissolubilidade da relação entre indivíduo e comunidade, onde nenhum deles se sobrepõe e onde a comunidade só se realiza através do indivíduo e que esse só se desenvolve dentro da comunidade.

Dessa forma o livro termina revisando as reflexões desenvolvidas ao longo dos capítulos e deixando pistas para a discussão ética na área da Comunicação Social, diante de sua diversidade e complexidade no cenário midiático contemporâneo. A interdisciplinaridade exigida no debate deste tema é estimulada na obra de Plaisance na medida em que confronta questões teóricas e empíricas.

## Referências

PLAISANCE, Patrick Lee. **Ética na Comunicação**: princípios para uma prática responsável. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Penso, 2011. 295 p.

*Recebido em 15/09/2011*

*Aceito em 05/10/2011*